

## Parte VI - A mobilidade social ao alcance de todos

Notas introdutórias de uma analítica no campo das modelizações vocacionais

Regina Maria Santos Dias

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DIAS, RMS. Notas introdutórias de uma analítica no campo das modelizações vocacionais. In JACÓ-VILELA, AM., CEREZZO, AC., and RODRIGUES, HBC., orgs. *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 262-274. ISBN: 978-85-7982-061-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## NOTAS INTRODUTÓRIAS DE UMA ANALÍTICA NO CAMPO DAS MODELIZAÇÕES VOCACIONAIS

*Regina Maria Santos Dias \**

**E**ste trabalho pretende interrogar a naturalização das práticas vocacionais enquanto dispositivo temporal que, entre outros, compõe o conjunto de estratégias de modelização e controle da subjetividade moderna.

Nesse sentido, identificar-se-ão as principais distinções entre as concepções correntes nesse campo, realçando as nuances temporais em que elas se engendram e, de certo modo, reificam. Ao perseguir a direção das práticas de orientação vocacional —suas apropriações e acidentes, a trama histórica em que elas têm sido enunciada—, encontrar-se-á a utilidade e a funcionalidade de sua instrumentalização enquanto tipo particular de conexão–reprodução que evoca uma dada temporalidade: o futuro.

Investigar-se-á também a permanência desse dispositivo na modernidade tardia, caracterizada pela velocidade das inovações técnico-científicas e pelas transformações da lógica produtiva, ambas carregando em seu bojo uma vertiginosa erosão ocupacional e uma alteração nas concepções de trabalho e de seus mecanismos de regulamentação.

Por último, apontar-se-ão algumas estratégias capazes de permitir repensar noções congeladas e absolutizadas nas práticas institucionalizadas do saber *psi*, a fim de viabilizar processos de singularização, passíveis de expressar percursos singulares no exercício do pensar e do viver.

### **Por uma breve história das práticas vocacionais**

Procurar entender o modo como ocorreu a cientificização do campo vocacional em nossa realidade, exigiria um tipo de análise que extrapola os

---

\* Professora do Curso de Psicologia das Faculdades Celso Lisboa e da Universidade Gama Filho.

limites deste artigo. Aqui delimitar-se-á o recorte amplamente aceito; ou seja, aquele que identifica dois conjuntos de práticas vocacionais: um apoiado na perspectiva psicométrica, e outro, no modelo clínico.

Nesse sentido, será realizada uma breve apresentação dos aspectos mais gerais de ambos, bem como uma rápida apreciação das mudanças operadas por Rodolfo Bohoslavsky —principal representante da modalidade clínica—, que constituem articulações preciosas e, ao mesmo tempo, esquecidas por muitos daqueles que atualmente desenvolvem trabalhos neste campo.

Por perspectiva psicométrica designamos não apenas as práticas que lançam mão de testes psicológicos de inteligência ou de escalas de medidas de aptidões e habilidades, mas todas as instrumentalizações que visam à extração de verdades individuais —capazes de serem reconhecidas no aspirante ao ascético mundo do trabalho— a partir de elementos considerados inerentes e constitutivos de certa *natureza humana*.

A medida das condições individuais, principalmente das aptidões, seguiu inicialmente rigorosas bases psicométricas, destinando-se a prognosticar o comportamento profissional dos jovens; concomitantemente, as alterações do mundo moderno imprimiam uma veloz transformação das condições de trabalho, promovendo uma crescente e exigente especialização tecnológica.

No bojo do desenvolvimentismo e da industrialização configurada a partir da década de 30, a demanda por orientação profissional fez-se cada vez mais presente nas práticas científicas da moderna realidade urbana brasileira.

Identificar atributos e características individuais utilizando instrumentos psicométricos e, posteriormente, técnicas relacionais —entrevista e dinâmica de grupos— configurava os procedimentos capazes de correlacionar aptidão–inteligência, aptidão–capacidade. Ao mesmo tempo, permitia apresentar ao indivíduo fatores suficientes para que este se reconhecesse em sua vocação. Assim, fortaleciam-se os mecanismos que, direta ou indiretamente, identificavam aptidões, interesses, valores a um conjunto de traços

psicológicos, supostamente constitutivo de certa individualidade, capaz de ser correlacionado aos postos industriais de trabalho em expansão no país.

Com vistas a tal alcance, grandes esforços eram realizados no sentido de diminuir o erro nos instrumentos e de estabelecer aperfeiçoamentos nas técnicas utilizadas para diagnosticar e orientar adequadamente a força de trabalho. O tempo da produção se traduzia exigente quanto ao perfil requerido, bem como generoso, ao se mostrar oferecedor de um futuro ocupacional promissor, desde que fossem estabelecidas adequadas correlações ocupacionais a partir das instrumentalizações psicológicas postas em ação pela matriz tecnicista da industrialização.

Contudo, muitas críticas são endereçadas tanto aos testes, em particular, como aos procedimentos que pretendiam relacionar perfis vocacionais a postos profissionais —ou por se revelarem uma abstração ou por se mostrarem insuficientes para atender a demandas já alteradas no chamado “mercado de trabalho”.

Cabe perguntar a partir de que momento tais metodologias e conceituações passam a ser consideradas insuficientes em sua ação discriminativa no campo vocacional, e quais outros discursos passam a ser, com suas respectivas tecnologias de extração de verdade, liberados. Que mecanismos são necessários para acionar práticas que procuram interioridades ao mesmo tempo que oferecem revelações? Que sistemas de pensamento animam e regem essas outras emergências e conexões?

As vozes que relativizam a propriedade dos testes e de outros procedimentos de natureza psicológica são as mesmas que reclamam por diferentes estratégias e abordagens, sob a alegação de serem necessários outros recursos para que realmente se possa conhecer o indivíduo e suas verdadeiras vocações para o mundo do trabalho.

Essas vozes ressaltam que não se pode impor nenhum tipo de normatização àqueles que são assistidos em um processo de orientação vocacional. Esta formulação se baseia na concepção de que as características internas já estão, de certo modo, inscritas pelas identificações

havidas até então, embora desconhecidas pelo sujeito porque ainda não reveladas pelo processo genético de resolução da identidade adolescente.

Desse modo, as práticas de individualização, agora mais refinadas e intimizadas, querem não apenas investigar a aptidão, mas, preferencialmente, fixar outras características a partir de um processo diferente de extração da verdade.

Deve-se ressaltar que o livro que vai fundamentar esta nova modalidade (*Orientação vocacional — A estratégia clínica*, de Rodolfo Bohoslavsky) foi editado no Brasil em 1977, época na qual muitas publicações argentinas, bem como seus teóricos, exercem grande influência no meio acadêmico. Através da vasta penetração argentina no campo *psi* brasileiro, a perspectiva psicanalítica e seu arcabouço teórico-técnico reorientam muitas concepções até então dominantes, além de fortalecer a demanda de terapias e outras técnicas de atendimento grupal.

Bohoslavsky faz parte da geração de argentinos que chega ao Brasil na metade da década de 70 para difundir ideias, dar cursos e formar grupos de supervisão. A grande demanda por terapias breves e atendimentos grupais —ambos imbuídos de fortes preocupações psicoprofiláticas— levam, entre outros efeitos, ao favorecimento de uma ação de base psicanalítica no campo da Orientação Vocacional. O discurso de Bohoslavsky mostra-se, em todos os seus elementos, compatível com Os enunciados que se disseminavam no território *psi* de então.

Na modalidade clínica por ele apresentada, a adolescência é o momento no qual emergem as dificuldades de natureza vocacional e os consequentes conflitos relativos ao que seja o mundo adulto. Nesse sentido, o adolescente deverá resolver as ansiedades que destes conflitos se originam e, em última análise, explicitar e clarificar as fantasias que recobrem seu relacionamento com o tempo futuro.

O prazer ou satisfação no estudo e na profissão dependerão do tipo de vínculo que será estabelecido, e este dependerá da personalidade do indivíduo a ser atualizada na ação de estudar ou trabalhar. Neste sentido, o

autor define a Orientação Vocacional na modalidade clínica como uma “colaboração não diretiva com o cliente, no sentido de restituir-lhe uma identidade e/ou promover o estabelecimento de uma imagem não conflitiva de sua identidade profissional” (BOHOSLAVSKY, 1977: 32).

Com isso, pretende ressaltar a necessidade de entender a problemática vocacional a partir de certa relação do adolescente com o futuro, considerando-o enquanto subjetividade que escolhe o futuro em decorrência de vínculos psicoafetivos e, portanto, de certa identidade psicossocial.

Contudo, o autor publica outro livro, fazendo críticas aos principais pressupostos que fundamentavam sua abordagem e reformulando os conceitos que, de alguma maneira, se faziam instrumentais quando se implementava a teoria à prática.

Neste segundo trabalho, *Orientação vocacional — teoria, técnica e ideologia*, Bohoslavsky (1983: 32) apresenta, entre as demais reformulações da estratégia clínica, o sujeito da escolha como alguém cuja liberdade é ilusória, pois já se encontraria, desde sempre, determinado pela estrutura social, pela ideologia, pelos sistemas de significação e pelo inconsciente.

Apoiando-se no conceito marxista de alienação, irá situar o trabalhador como alguém que apresenta um estranhamento frente ao caráter externo do trabalho, resultando no desconhecimento de suas reais afinidades com a tarefa a ser realizada. Consequentemente, considerará que alguns sentimentos, condutas e ansiedades não podem ser entendidos por referência apenas às categorizações de patologia mental, exigindo uma apreensão dos mesmos à luz de um projeto social capitalista de alienação.

De igual modo, as contradições que vêm irromper na subjetividade adolescente produzem um “nível agudo de alienação”, configurando uma sintomatologia e o funcionamento de um “ego” que se reconhece em crise. Ou seja, o próprio conceito de crise afirma e indica que uma ordem foi alterada por elementos de uma ordem negativa. A superação de tal crise pressupõe uma consciência que possa entender e articular uma realidade contraditória, superando seus efeitos em direção a uma consciência que se saberá crítica.

Outras alterações ainda se fazem presentes nessa segunda fase da modalidade clínica; contudo, alguns elementos permanecem inalterados. Dentre eles, a busca de uma suposta identidade, dotada agora da consciência plena de sua realidade. Uma identidade apta a se encontrar com as contradições presentes no modo delo capitalista de sociedade, sem sofrer abalos de alegrias ou entristecimentos, parece constituir a figura que emergirá do atendimento vocacional proposto, nesse segundo momento, pelo autor.

Constata-se que, no novo modelo de Bohoslavsky, as instituições são instâncias fora do psiquismo, e provocam reação de crise ou assujeitamento. Aos indivíduos resta responder às instituições, como se estas também fossem recortadas da realidade. As profissões, vistas como instituições da sociedade, agiriam, então, sobre os indivíduos, provocando-lhes crises ou socialização perfeita, em um processo incessante de uma subjetividade que se interroga quanto a sua vocação.

Assim, o autor reafirma sua fundamentação psicanalítica na explicação da resolução vocacional: uma identidade vocacional de natureza afetivo-motivacional e uma identidade ocupacional como produto da ação de determinado contexto sociocultural sobre a primeira.

No momento em que é formulada, tal perspectiva reforça e possibilita iluminar a questão da prevenção —tema fundamental da época—, na qual caberia ao psicólogo e às suas técnicas prevenir todo tipo de conflito em nome da famosa psico-higienização das relações sociais. Sem dúvida alguma, este projeto vocacional serve adequadamente a uma proposta de prevenção, conferindo ao sujeito uma “crítica” localização no mundo do trabalho, de modo que, tal atitude, o livre dos males e conflitos que uma escolha errada e ingênua possa produzir.

Fica evidente que tal projeto não se afasta muito do conjunto das práticas usuais no campo da orientação vocacional. Antes, eram as disposições constitucionais que afirmavam uma suposta natureza capaz de ser identificada; agora, trata-se de uma subjetividade determinada por instâncias

inconscientes, desconhecidas pelo próprio sujeito, ou sobredeterminada pela conjuntura de uma sociedade capitalista que a aliena de si mesma.

Nos dois modelos, encontra-se o modo indivíduo como sustentação do arcabouço teórico do campo vocacional, fundamentando as práticas interessadas em dar alguma resolução às reconhecidas identidades vocacionais. Portanto, o campo vocacional recrudescer, não apenas reafirmando sua capacidade de identificar os traços ocupacionais pelas práticas de medição e outros procedimentos interacionais, mas pela exigência de revelação das identidades que se desconhecem ou que se encontram soterradas pelo peso das determinações sociais.

Essas modelizações dizem respeito a um campo de saber-poder, ocupado em investir as subjetividades a partir de uma certa relação de captura no tempo, aprisionando o que ainda está por vir: o tempo-futuro. Este futuro, de certo modo previsto e antecipado, suscita o aparecimento de dispositivos de previsão fazendo funcionar práticas de prescrição. Estas são as emergências de um solo tecnicista que recorre e reenvia a uma ideia preexistente de autonomia, e que se faz presente a partir de mecanismos de liberação da verdadeira identidade e pelo exercício adequado e maduro da escolha profissional —em atendimento a uma resolução satisfatória de vínculos psicoafetivos.

Pode-se afirmar que os “novos dispositivos vocacionais”, ao pretenderem se desvencilhar das concepções psicométricas, acabam por produzir uma subjetividade enredada em um presente asfíxiado em julgamentos que, a partir de revelações e resoluções, possibilitam fazer emergir uma identidade que afiança a escolha acertada do humano.

### **Subjetivações vocacionais contemporâneas: maquinações de um tempo sem futuro**

Sem dúvida alguma, o tempo instaurado pela tecnologia vocacional instrumentaliza reconhecimentos e previsões. Prever o tempo futuro significa, em um primeiro momento, paralisar o movimento afirmativo das



forças capazes de interrogar o mundo e, em última análise, promover a passividade no pensamento daqueles que se enredam com a apresentação de um futuro fetichizado.

Fica evidente que a tecnologia vocacional, na variação de seus calibres, diz respeito a um controle do tempo que, no limite, produz a sua abolição como critério de eficácia. Em seus ensaios sobre o tempo, Pelbart (1993: 42) apresenta algumas evidências a esse respeito:

Contração da terra e do futuro, contração telúrica e histórica, tirania do movimento, mas fim da moção. Neste regime de temporalidade, com o qual o homem pensou que iria ganhar o Tudo, ficou com Nada: é difícil ter um espaço, uma história, um território, expandir-se *etc.*

Entretanto, as tecnologias *psi*, já em número variado no campo vocacional, parecem não se abalar com as mutações contemporâneas na forma de se operar com o tempo, nem parecem ser capazes de perceber as erosões que ocorrem no território ocupacional. Mesmo quando analistas sociais afirmam que 50% das profissões do século XXI não estão constituídas, ainda encontramos, em pleno uso e vigência, instrumentos de medida, categorias psicológico-relacionais identificadas e referidas a postos ocupacionais —mesmo quando a mobilidade dos postos de trabalho foi acionada ao máximo.

Contudo, o que se constata nesta modernidade tardia são maneiras de experimentar o tempo altamente modificadas, e que nos remetem a expressões difundidas na sociabilidade contemporânea. Tais expressões indicam o atual regime de temporalidade, reenviando a uma outra ordem de significação, tais como: tempo real, tempo virtual e aceleração, entre outras.

Com base nos estudos de Foucault, Deleuze (1992) vai indicar que, a partir da segunda metade do século XX, a sociedade passou a funcionar “não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”. Segundo ele, as máquinas cibernéticas e os computadores, sozinhos, não explicam a nova formação social, tornando necessário analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte.

A alteração no modo de exploração da força de trabalho pelo conhecimento e gestão de várias máquinas, a adoção da ideia da administração racional dos estoques, o consumo e o *marketing* orientando o melhor aproveitamento do tempo da produção constituem o controle de curto prazo, contínuo e ilimitado, como elemento característico da nova ordem produtiva.

Segundo Barbara (1999: 35), todas essas mudanças no mundo do trabalho alteraram não só o ciclo da produção, mas também promoveram o desaparecimento cada vez maior de postos de trabalho e, como consequência, o desemprego efetivo e a responsabilização do trabalhador por sua qualificação inadequada:

a valorização da qualificação está sempre atrelada às necessidades momentâneas do mercado e não à apropriação de algum ofício, e, mais ainda, não traz qualquer garantia de emprego para o trabalhador que consegue acompanhar tais evoluções...

Pode-se concluir, então, que as prescrições vocacionais se constituem, até certo ponto, numa estratégia anacrônica frente à tarefa de reconhecer o futuro, traduzindo-o como probabilidade calculável, num mundo onde o cálculo não se dedica mais a indicar a precisão das máquinas e nem a dos seus operadores. Mesmos os procedimentos vocacionais que se apresentam distantes da aferição psicométrica, ainda se encontram conectados aos eixos identificadores de uma máquina produtiva que já não mais se interessa por um tipo de produto capaz de ser identificável.

O ideal do capitalismo contemporâneo, com seus agenciamentos cibernéticos e midiáticos, aponta de forma contundente à volatilização da figura do trabalhador. Esta lógica penetra todos os campos da vida social, engendrando tecnologias muito eficazes com tal finalidade. Não é sem motivos que hoje se fala em empregabilidade, trabalhador generalista, trabalho temporário, flexibilização das relações de trabalho *etc.* Do mesmo modo, não é à toa que se vê o desemprego estrutural, a destruição de habilidades, a aquisição de novas capacidades, a educação permanente *etc.*

Em última análise, o que se tem é a produção, em todas as escalas do tecido social, de uma subjetividade rebatida na ideia de um controle contínuo, uma formação permanente, na qual nunca se termina nada e que serve para justificar o não lugar profissional gerado pelo ininterrupto processo de requalificação para o trabalho —um tipo de inclusão forjada nos mecanismos da sociedade pós-industrial.

Talvez as tecnologias vocacionais continuem a se definir por suas funções de previsibilidade; mas, sem dúvida, precisarão adequar-se aos tempos da superfluidade, oferecendo tendências ao invés de perfis, responsabilizando-se cada vez menos por sua tarefa prospectiva e afirmando-se cada vez mais como reveladoras da “polivalência” ocupacional dos sujeitos, avaliando e inferindo performances atléticas capacitadas a desenvolver “habilidades específicas sempre novas” em tempos cada vez mais curtos.

Identificar aptidões, habilidades e interesses no estreito tempo de sua utilidade poderá contribuir para uma nova modelização da subjetividade, perfeitamente integrada aos tempos da constante requalificação e do interminável aperfeiçoamento atrelado às urgências instantâneas do mercado. Para um mundo sem empregos, trabalhadores sem ofício; frente a um futuro sempre antecipado, sujeitos sem história.

Tais artimanhas do capital produzem subjetividades globalizadas, moduladas nos registros seguros de um cotidiano reprogramável; fabricam corpos desenraizados e desinvestidos no mundo perecível da velocidade; naturalizam sujeitos sem passado e sem futuro, forjados num tempo sem espessura e sem estranhamento.

Diante dessas premissas, torna-se necessário produzir algum tipo de pensamento que provoque inquietação, no sentido de abrir mão desses parâmetros que se apresentam como evidência ou ordem iminente.

## **Para além das modalidades... práticas inventivas**

As práticas vocacionais modificam suas formas, alteram seus focos, renovam seus procedimentos; mas, em última análise, visam igualmente a modelizar subjetividades que se interessam por e que buscam o reconhecimento de si, no mesmo momento em que são apartadas, ou localizadas como meras espectadoras do seu desejo.

Essas práticas assemelham-se também em sua relação com o exterior, investindo um certo tipo de temporalidade, organizada e previsível, na qual os “investigadores do futuro” —expressão sugerida por Silva (1989) para os decifradores vocacionais— ocupam-se, de certo modo, em neutralizá-la, ao utilizarem ferramentas que orientam e animam sua antecipação.

Contudo, é preciso de dentro desse campo e, ao mesmo tempo, de fora de seus contornos, arriscar outros processos. Distante das previsões sentenciosas, das matrizes interpretativas e das tendências “deslocáveis-sempre novas”, torna-se necessário forjar um diferencial e passar a operar tentativas que recusem as “formas de subjetivação capitalística implementadas pelas máquinas técnicas e midiáticas” (GUATTARI, 1986). Esse processo não se constitui em um aperfeiçoamento de ferramentas para melhor agir sobre as subjetivações vocacionais dadas, mas consiste em fazer funcionar outros registros de saber, sentir, atuar e ser no mundo —registros que funcionem ao nível molecular, e escapem à lógica identitária e às relações causativas ou justificativas, recusando conceituações que invistam em julgamentos e analogias, problematizando operadores que manejem reconhecimentos e prescrições.

Nesse sentido, Guattari (1986: 74) nos adverte:

toda vez que uma problemática de identidade ou de reconhecimento aparece em determinado lugar, no mínimo estamos diante de uma ameaça de bloqueio e de paralisação do processo. É dentro dessa lógica —que pode parecer um tanto paradoxal— que dá para se conceber a existência não de um programa comum, de uma frente, de uma unificação, mas de vias de passagem...

Vias de passagem, analítica do vocacional, dispositivo analisador são ferramentas que visam a operar desmontagens nas subjetivações vocacionais efetuadas pelos discursos do vocacionalismo, pelas vozes dos especialistas, em suas diferentes versões, e pelos últimos e rebuscados apelos da lógica neoliberal que vaticinam a atual “crise” do trabalho.

Essas vias de passagem não se constituem em uma técnica alternativa, nem uma analítica do vocacional apresenta-se como uma modalidade de última geração.

Operar uma cartografia das subjetivações vocacionais constitui-se num tipo particular de implicação com o campo da economia subjetiva, interrogando os agenciamentos que aí têm lugar. Tal implicação inventaria as linhas que, nesse contexto, operam fluxos e sentidos e, no mesmo movimento, investindo em outros planos, produzem outras conexões e inventam outra temporalidade.

É, portanto, imprescindível abandonar o tempo da previsão e da antecipação, bem como é necessário problematizar modelizações que instrumentalizam orientações no mesmo instante em que oferecem os limites de uma vida reta e sem estranhamentos.

Aqui, vale pensar um outro tempo; um tempo capaz de seguir linhas de diferenciação, afirmador de uma outra lida com a experimentação, e que apresente matérias para o pensamento. Pois, segundo Fuganti (1989: 43):

ora a vida ultrapassando os limites do pensamento; ora o pensamento ultrapassando os limites da vida. Ora os encontros ou mistura de corpos desterritorializando as maneiras de pensar, ora os atos afirmativos de pensamento desterritorializando os modos de agir...

Nesse sentido, é imperioso viabilizar alguns planos nos quais se possam acolher interferências, acatar dissonâncias, em que o disruptivo ouse ser pensado como um possível. Quem sabe, talvez a partir dessas provocações, os encontros efetuados no mundo do trabalho e as temáticas que aí emergirão se tornarão mais vivas, bem como mais intensos serão os exercícios do pensamento frente às nuances que se desdobram em outras esferas do cotidiano.

Desse modo, uma analítica do vocacional poderia ser entendida como um dispositivo de passagem que possibilitaria pensar a ordem dos afetos, interrogar os estratos e as burocracias do conhecimento e, sobretudo, efetuar tentativas de inversão nas lógicas e profecias inexoráveis de um tempo comprometido com seu aprisionamento. Nesta analítica se fomentariam focos de resistência e linhas de fuga; ou seja, desvios capazes de ligar o desejo a expressões mais intensas e o corpo a ações mais inventivas, “operando uma série ramificada que desemboca em termos heterogêneos, segundo uma lógica da invenção, e não da similitude” (PELBART, 1998: 40).

Logo, elucidar o vocacional a partir de engendramentos do tempo consiste em exercícios de *invenção*, problematizações do pensamento a serem operadas por essa analítica.

#### *Referências bibliográficas*

- BARBARA, M. “Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: Percepção e sofrimento do trabalhador” in *Psicologia ciência e profissão*, 19, (1), 1999.
- BOHOSLAVSKY, R. *Orientação vocacional: A estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Orientação vocacional: teoria, técnica e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1983.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FUGANTI, L.A. “Saúde, desejo e pensamento” in LANCETTI, A.(org.) *Saúde Loucura, n° 1*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica — cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PELBART, P.P. *A nau do tempo rei*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O tempo não reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- SILVA, M.F. “Pegue seu papel e cale a boca — da emergência da prática da Orientação Vocacional”. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. IESAE/FGV, 1989.